

## **PODER LOCAL DEMOCRÁTICO**

Sr Presidente

Sras e Srs Deputados

Srs Membros do Governo

No passado fim de semana o PSD do Pico reuniu-se com os seus autarcas.

Foi um encontro que serviu para fazer uma espécie de balanço sobre o que tem sido o desempenho dos nossos autarcas naquela ilha, sobretudo durante os últimos 12 anos.

Reflectiu-se ainda sobre os constrangimentos que preocupam actualmente o Poder Local.

Ficou assim reconhecido e bem patente que a governação autárquica na ilha do Pico tem tido um importante e decisivo papel no desenvolvimento e progresso que a ilha e a população picoense conheceram na última década.

Os picoenses reconhecem que foi graças a um Poder Local actuante e inconformado que nas suas Vilas, nas suas Freguesias e nas suas localidades, viram satisfeitas muitas das suas necessidades e anseios.

Na última década, fez-se uma aposta forte e determinada em redes de abastecimento de água domiciliária, resolveram-se questões importantes no domínio dos resíduos sólidos urbanos, melhorou-se muito a rede viária

municipal, prestou-se uma atenção, como nunca, à Cultura, à Educação e ao Desporto.

Graças a um forte dinamismo implementado pelo Poder Local naquela ilha, a sociedade picoense tornou-se, colectivamente, mais activa, mais dinâmica e mais participativa, mas, simultaneamente, mais exigente.

O sector empresarial animou-se e cresceu de forma significativa, a pressão sobre o Poder Regional aumentou e obrigou o próprio Governo a intervir mais e melhor nesta ilha.

Foi por via de uma atitude pró-activa do Poder Local, que não se cingindo ao cumprimento estrito das suas competências estabelecidas em lei, mas directa e indirectamente desafiando outros Poderes a investir na ilha, (nomeadamente o político e o económico), foi possível no espaço de pouco mais de uma década, dar-se um salto tão grande em matéria de desenvolvimento e de qualidade de vida das populações picoenses.

Assim, reconhecemos que o Governo Regional tem feito obras importantes na ilha do Pico, nestes últimos 10 anos. Os picoenses reconhecem-no, pois já o demonstraram nas urnas e também nós queremos aqui reconhecê-lo, porque nos consideramos cidadãos e políticos intelectualmente honestos.

Porém, também é verdade que nem tudo navega num mar de rosas na ilha Montanha. Pelo contrário. Há sinais preocupantes baseados em indicadores económicos e sociais que nos devem pôr a reflectir com muita seriedade.

O Pico está a envelhecer e a perder população. As escolas estão a perder alunos. Sobre as escolas paira a decisão do seu encerramento e cresce o estigma da desertificação das nossas Freguesias e Localidades.

Os jovens que saem do Pico para prosseguir os seus estudos, em geral não regressam, e os poucos que regressam deparam-se com portas fechadas no mundo do mercado de trabalho. As raras exceções parecem privilegiar quem tem o cartão rosa ou é filho de quem o tem. Basta acompanhar o que se tem passado com alguns concursos e admissões de pessoal em determinados Serviços sob a tutela do Governo Regional.

É assim preocupante vermos ilhas como o Pico sem capacidade de resposta à fixação da sua Juventude. Uma ilha que apresenta um índice de envelhecimento que atinge os 135%, enquanto no todo da Região esse índice é de 62%.

A taxa de natalidade é de 8%, enquanto a média regional é de 12,5%. A taxa de mortalidade está acima do que se verifica no conjunto das restantes ilhas dos Açores.

Os pensionistas perfazem 33% da população, enquanto a média regional é de 21%.

Há desemprego no Pico.

Entre 2001 e 2004 o nº. de empresas e sociedades baixou 35%.

A taxa de ocupação da hotelaria é muito inferior à média regional, situando-se nos 25%.

Em matéria de saúde o Pico possui 0.8 médicos/mil habitantes, quando a média regional é de 1.7;  
Existem 2.5 enfermeiros/mil habitantes, a média regional é de 5 enfermeiros/mil habitantes;  
O nº de camas hospitalares é de 3 camas/mil habitantes, na Região a média é de 7.2 camas/mil habitantes.

Sr Presidente  
Sras e Srs Deputados  
Srs Membros do Governo

Estes números traduzem uma realidade. Um lado da sociedade picoense. Uma realidade que alguns pretendem ocultar ou pintar cor-de-rosa.

E esta realidade é a prova provada que o desenvolvimento e o progresso de uma terra ou de uma ilha, como é o caso, está muito longe de depender da execução de um pacote de obras públicas, sobretudo quando a concretização dessas obras não tem por base uma estratégia. Uma estratégia de sustentabilidade económica e de coesão social.

O Pico parece padecer desse mal. Tem-se na realidade feito obras mas a estratégia tem falhado ou não tem existido.

Como Picoense receio que o Pico não esteja a acompanhar o desenvolvimento regional ao ritmo que seria desejável.

Face a estes indicadores continuamos sem compreender em que dados é que o Governo se apoiou para decidir, e reiterar essa decisão, em deixar o Pico fora das ilhas da coesão.

Se decidiu com base em dados económicos então que os apresente.

Se o fez por mera intuição receio muito que tenha falhado na sua intuição.

É que o desenvolvimento e o progresso não se podem medir ao quilómetro, à tonelada ou ao metro quadrado, como alguns pretendem fazê-lo.

No caso da ilha do Pico, a política do “betão” e do “asfalto” parece ter deixado esquecidas as pessoas.

Sr Presidente  
Sras e Srs Deputados  
Srs Membros do Governo

Os novos tempos oferecem-nos novos desafios. E novos desafios requerem novas estratégias.

O Poder Local aí está, também confrontado com novos e estimulantes desafios, que vão requerer uma nova atitude, um novo reposicionamento do próprio Poder Local.

Este novo tempo está muito nublado para o Poder Local.

Diria mesmo que o Poder Local está ensombrado por políticas que o olham com desconfiança e com alguma injustiça.

Estamos num tempo em que se pretende aplicar uma nova Lei de Finanças Locais às autarquias.

Uma Lei que vai ser madrasta para a maioria das autarquias da nossa Região, sendo elas de reduzida dimensão populacional.

Uma lei que pretende tratar de forma idêntica 500 pessoas que vivam em dois prédios em Loures como 500 pessoas que vivam na Freguesia da Calheta de Nesquim, dispersas pelos lugares dos Foros, dos Fetais de Cima e dos Fetais de Baixo, da Feteira, das Canadas e do Terreiro.

Uma Lei que em vez de redistribuir o bolo pelos que menos tem, faz exactamente ao contrário. Dá mais aos que mais tem e possuem maior capacidade para gerar receitas próprias e retira aos que tem menos capacidade para o fazer.

Em vez de promover a coesão esta Lei promove a exclusão.

É preciso também não ficarmos com a ideia de que a transferência de verbas do Estado para as autarquias é uma esmola do Estado.

A transferência de verbas para as autarquias é um imperativo constitucional.

Não pode por isso ser assumida como um gesto de boa vontade do Estado, ficando assim refém do humor de qualquer primeiro-ministro.

E se dúvidas há a este respeito, basta reler o que está bem expresso no artigo 238 da Constituição e que diz o seguinte: “O regime das finanças locais visará a **justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias** e a necessária **correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau**”.

Sr Presidente

Sras e Srs Deputados

Srs Membros do Governo

Pela frente temos um novo QREN que durará até 2013.

A partir daí não se sabe o que pode suceder.

As autarquias, com a ameaça dos cortes de verbas nas transferências obrigatórias do Estado; sem receitas próprias significativas (como é o caso da maioria das autarquias açorianas de reduzida dimensão populacional); sem capacidade de recurso ao crédito bancário (expediente por vezes utilizado para um melhor aproveitamento dos fundos comunitários disponíveis); sem tudo isto, muitas autarquias da Região ficarão incapazes de continuar a promover o desenvolvimento dos seus Concelhos, como até agora muito bem tem feito, e em alguns casos ficarão até com sérias dificuldades de apenas manter as estruturas e infra-estruturas que criaram para benefício das suas populações.

O Estado deveria tratar com mais atenção e maior respeito um Poder que tem provado utilizar os dinheiros públicos com grande racionalidade e eficiência.

Um Poder, como o Poder Local, que tem uma eficiência na utilização dos dinheiros públicos 4 vezes superior ao que acontece no Poder Central.

Num estudo recente foi de novo confirmado o grau de eficiência com que o Poder Local utiliza os dinheiros públicos. Revelando que os 308 Municípios do país utilizando cerca de 11% das receitas da Administração Pública, são responsáveis por 44% do total do investimento público e por 18% do emprego público.

Se isto não é gestão eficaz e eficiente, eu não sei o que será gestão eficaz e eficiente.

É importante ainda referir, que com base neste estudo (e isto contraria quem acusa o Poder Local de despesista), o passivo financeiro do total das Câmaras Municipais do país corresponde a 44% do passivo financeiro por exemplo de cinco empresas públicas pertencentes ao sector empresarial do Estado.

Sr Presidente

Sras e Srs Deputados

Srs Membros do Governo

Obviamente, que fazemos aqui este discurso não com a esperança de que a nova lei de finanças locais não seja aprovada. Ela será aprovada porque o Eng.º José Sócrates quer que assim seja.

Não trazemos aqui este discurso com a expectativa de que possamos inverter esse percurso. Fazemos aqui este discurso para revelarmos a nossa solidariedade política e institucional para com um Poder, o Poder Local, que nesta Região, nestas nove ilhas dos Açores, nos nossos Concelhos e nas nossas Freguesias, em trinta anos, muito contribuiu para levar progresso, desenvolvimento e bem-estar social às nossas populações.

Um Poder que nos deve merecer por isso todo o respeito e admiração.

Assim, face ao tratamento que ao que parece vai receber do Governo da República, por via da aplicação da nova Lei de Finanças Locais, face ainda à concordância política e institucional que ao que parece esta lei vai merecer por parte do Governo Regional dos Açores, e utilizando o que o Dr. Mário Soares designava por direito à indignação, este poderá ser provavelmente o último direito que nos assiste antes da implementação da Nova Lei das Finanças Locais “mostrar aqui a nossa indignação”.

A nossa indignação relativa a uma Lei que limita a autonomia do Poder Local, contrariando a descentralização e a flexibilidade. Uma Lei que no médio prazo vai prejudicar as nossas autarquias.

E não o fazemos em nome dos autarcas, porque estes sabem muito bem defender os seus direitos.

Fazemo-lo em nome do povo açoriano que acabará por ser directa e indirectamente prejudicado por esta lei.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 26 de Outubro de 2006.